

A normalização no campo da Informação em Portugal *

Lucília Paiva **

RESUMO — É apresentado um breve resumo histórico da normalização em Portugal e especificamente da normalização em Documentação, descrevendo-se, em seguida, a estrutura e funcionamento da Comissão Técnica de Documentação — CT7.

Fazem-se algumas referências à maneira como as normas na informação estão a ser aplicadas e aos factores que contribuem para o seu inadequado uso.

Apresenta-se, finalmente, um conjunto de medidas que visam o pleno estabelecimento da normalização da informação em Portugal.

Em anexo faz-se uma listagem das Normas Portuguesas de Documentação que foram revistas em 1981-1982 e das novas Normas apresentadas à Direcção-Geral da Qualidade para estudo.

ABSTRACT — Some references to the history of standardization in Portugal and specifically standardization in Documentation are presented.

The structure and the making methods of the Technical Committee of Documentation are described.

How standards in information are used and the factors that contribute to its inadequate application is also referred to.

Lastly, we presented future measures that we think should be adopted so that standardization in information may be currently practised in Portugal.

In separate we add a list of the Portuguese Standards on Documentation revised in 1981-1982 and the new ones already presented to the DGQ to be appreciated.

* Comunicação apresentada no 3.º Seminário sobre a Aplicação de Normas em Informação, realizado em Budapeste, de 7-15 de Junho de 1982.

** Bibliotecária da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

In separate we add a list of the Portuguese Standards on Documentation revised in 1981-1982 and the new ones already presented to the DGQ to be appreciated.

1 — A NORMALIZAÇÃO EM PORTUGAL

Antes de nos referirmos propriamente ao estado da normalização no campo da informação, faremos um breve resumo sobre a normalização em Portugal.

Os estudos de normalização foram iniciados em 1948 com a criação do Conselho de Normalização, tendo-se, no entanto, desenvolvido mais acentuadamente em 1952, após publicação legislativa que criou o Centro de Normalização e regulamentou o Estatuto da normalização portuguesa.

De acordo com a legislação publicada em 1952 e posteriores alterações em 1968 e 1975 (Decretos-Lei n.º 38 801/52; n.º 48 454/68 e n.º 117/75) a iniciativa dos estudos de normalização compete à Direcção-Geral da Qualidade (DGQ) do Ministério da Indústria e Energia, estando os respectivos trabalhos de estudo de normas a cargo de Comissões Técnicas nomeadas pelo Director-Geral, incumbindo à D.G.Q. coordenar a programação das Comissões Técnicas Portuguesas de Normalização.

Efectuado o estudo de uma norma é apresentado ao Conselho de Normalização que, depois de o apreciar e aprovar, mandará proceder a inquérito público durante 90 dias. No entanto, estudos baseados em normas ISO, poderão ultrapassar esta fase de inquérito.

Após este período, as normas serão publicadas como normas portuguesas definitivas, devendo ser obrigatoriamente revistas decorridos cinco anos.

Como já referimos, as Normas portuguesas são elaboradas e estudadas pelas Comissões Técnicas Portuguesas de Normalização (CTs), que são constituídas por representantes dos interesses profissionais ligados a cada assunto, a título individual ou em representação de órgãos da administração pública, associações profissionais, empresas ou outros organismos.

Actualmente encontram-se em funcionamento 60 Comissões Técnicas com cerca de 1300 elementos.

Portugal é membro da ISO (International Standard Organization) desde 1949.

2 — A NORMALIZAÇÃO EM DOCUMENTAÇÃO

A Normalização da Documentação está a cargo da Comissão Técnica 7 (CT7) criada em 1953 mas que, por volta de 1970, cessou a sua actividade.

Após cerca de 10 anos de inactividade, a normalização em Documentação foi retomada em 1980, sendo criada uma nova Comissão Técnica 7.

Portugal, que era membro participante da ISO no campo da Documentação, passou, durante o período de inactividade desta Comissão, a ser apenas membro observador. No entanto, a partir de 1981 e depois de solicitar a sua participação tornou-se novamente participante.

A CT7, cujo âmbito de trabalho é a normalização das práticas em uso em bibliotecas, centros de documentação e informação, serviços de indexação e resumos, arquivos, ciência da informação e edição, está dividida em cinco sub-comissões que, separadamente estudam e preparam as normas que lhe dizem respeito, e que são as seguintes:

| | |
|---------------|-----------------------------|
| SC1 | Terminologia |
| SC2 | Automatização |
| SC3 | Thesauri; Indexação |
| SC4 | Dados bibliográficos |
| SC5 | Apresentação de publicações |

Cada subcomissão tem um coordenador responsável, realizando-se periodicamente reuniões dos coordenadores de todas as subcomissões.

Estas reuniões são consideradas do maior interesse, pois é aí que são analisados e estudados todos os problemas que estão interligados nas várias normas, a fim de não se criarem divergências e contradições entre elas. Citamos, a título de exemplo, a preocupação sempre manifestada em problemas de vocabulário e terminologia. Também sempre que seja considerado necessário poderão reunir duas subcomissões ou dois coordenadores para tratarem de problemas comuns.

Para além destas reuniões realizam-se ainda, mas com maior periodicidade, reuniões de toda a Comissão Técnica 7 onde são tratados assuntos de âmbito mais geral.

Consciente do valor da normalização dos métodos e processos da informação para a sua transferência eficiente e um fácil acesso à

informação a nível nacional, regional e internacional, está esta Comissão empenhada num trabalho sério que conduza, num futuro próximo à utilização corrente de uma normalização adequada neste campo, em Portugal.

Neste sentido, a política que actualmente tem sido seguida, quer na preparação de novas normas portuguesas, quer na revisão das já existentes, é a de que elas estejam, sempre que possível, de acordo com as normas internacionais ISO.

Isto não impede, no entanto, que lhe demos uma apresentação e uma adaptação de modo à sua melhor utilização no nosso País. Cremos, mesmo, que se cada país não tiver esta preocupação de aproximar o mais possível as suas normas nacionais às normas internacionais, poderá criar grandes dificuldades na transferência da informação, se não mesmo a sua impossibilidade.

Por outro lado, grandes divergências nas mesmas normas de país para país, fazem criar grandes confusões nos não técnicos da informação, mas utilizadores de normas, levando mesmo, em muitos casos, à descrença e não aplicação das normas nacionais.

Para tornar possível uma maior identidade com as normas internacionais, é facultado a todas as sub-Comissões o acesso às normas ISO através da DGQ que, sempre que necessário, também solicita à ISO todas as informações que lhe são pedidas pelas sub-comissões, nomeadamente sobre projectos de normas, estado de revisões em curso, dúvidas de terminologia, etc.

3 — USO DAS NORMAS NA INFORMAÇÃO

Embora exista uma certa preocupação do uso da normalização em alguns campos do tratamento da informação, por parte de alguns técnicos, produtores e utilizadores da informação, verifica-se, no entanto, que a prática corrente da normalização está ainda muito longe do que seria desejável. Pensamos que esta situação é devida essencialmente a vários factores que passamos a referir:

- a) Largo período de inactividade da Comissão Técnica de Documentação (CT7).
- b) Desactualização das normas portuguesas e a sua falta em áreas fundamentais da informação.
- c) Falta de sensibilização para a aplicação das normas, devido, muitas vezes, ao seu desconhecimento e falta de preparação para tal.

- d) Deficiente promoção das normas pelos serviços competentes.
- e) A não existência em Portugal de um sistema nacional de informação coordenado que tornaria fundamental e indispensável a utilização das normas para a transferência e troca da informação.
- f) Uma certa resistência a reestruturar sistemas existentes, cuja conversão tem de ser considerada quando se adoptam novas normas.
- g) Falta de assistência na aplicação das normas.

4 — *MEDIDAS A ADOPTAR*

Consideramos que um trabalho de motivação e sensibilização, prestação de assistência e informação na aplicação das normas, terá necessariamente que ser feito em Portugal.

Para isso entendemos ser fundamental a tomada de algumas medidas, tais como:

- Realização de cursos de normalização de pequena duração a dois níveis:
 - a) Técnicos e produtores da informação;
 - b) Utilizadores da informação;
- Realização de um seminário sobre normalização da informação;
- Dedicar especial atenção a esta matéria nos programas dos cursos de bibliotecários, documentalistas e outros técnicos da informação;
- Que seja feita uma maior promoção das normas pelos Serviços de Normalização da D.G.Q.;
- Que seja preparado pela Comissão Técnica de Normalização (CT7) um Guia de Normas Portuguesas e Normas Internacionais para o Tratamento da Informação, à semelhança do Guia UNISIST preparado pela UNESCO. Tal guia de normas, com um bom índice de assuntos e de fácil manuseamento, deveria ser largamente difundido por bibliotecas e serviços de documentação e informação, de modo a permitir uma grande divulgação, não só das normas portuguesas, como das normas ISO;

Estamos certos que um programa de normalização que inclua estas iniciativas contribuirá grandemente para uma grande sensibi-

lização de todos os técnicos que trabalham no campo da informação e, conseqüentemente, para a prática corrente da normalização no nosso país.

NOVAS NORMAS PARA INQUÉRITO PÚBLICO

- I 2021-1982 — Disposição dos dados em banda magnética para a troca da informação bibliográfica (baseada na ISO 2709).
- I 2022-1982 — Numeração internacional normalizada de livros ISBN (tradução da ISO 2108)

ESTUDOS E TRADUÇÕES DE NORMAS INTERNACIONAIS

- ISO 2788 — Princípios para o estabelecimento e desenvolvimento de thesaurus monolíngues.
- ISO/R 1087 — Vocabulário da terminologia.
- ISO 2789 — Estatísticas internacionais de bibliotecas.

NORMAS REVISTAS EM 1981-1982

- NP 12 - 1962 — Sinais de correcção dactilográfica.
- NP 61 - 1962 — Sinais de correcções tipográficas.
- NP 113 - 1968 — Numeração progressiva das secções de um documento.
- NP 950 - 1973 — Numeração das datas.

NORMAS EM REVISÃO

- NP 138 - 1967 — Legenda bibliográfica.
- NP 380 - 1966 — Publicações periódicas — Apresentação.
- NP 405 - 1966 — Referências bibliográficas — Elementos essenciais.
- NP 738 - 1969 — Folhas de título de publicações não periódicas.

COMISSÃO TÉCNICA DE NORMALIZAÇÃO

— Composição

1. Dr. Tomás Lima
Instituto Português do Património Cultural
Edifício da Biblioteca Nacional
Campo Grande, 83
1700 LISBOA
2. Dr.^a Clara Alvarez
RTP — Centro de Documentação
Av. 5 de Outubro, 187/9
1000 LISBOA
3. Eng.^o Assunção Soveral
LNETI/CITI
Rua Garcia de Horta, 68
1200 LISBOA
4. Dr. Henrique Barreto Nunes
Universidade do Minho
Largo do Paço
4700 BRAGA
5. Dr. Adelino Calado
Universidade de Aveiro
Serviços de Documentação
3800 AVEIRO
6. Dr.^a Fernanda Brito
Biblioteca Municipal do Porto
Passeio de S. Lázaro
4000 PORTO
7. Dr.^a Lucília Paiva
Faculdade de Farmácia de Coimbra
Praça da Porta Férrea
3000 COIMBRA
8. Dr. José Manuel Motta de Sousa
Bibliotecário da Biblioteca Geral
da Universidade de Coimbra
Praça da Porta Férrea
3000 COIMBRA
9. Dr.^a Margarida Gualdapi Gonçalves
Departamento Central de Planeamento
Av. D. Carlos I, 126-3.^o
1200 LISBOA
10. Dr.^a Maria da Graça Lopo
Fundação Calouste Gulbenkian
Centro de Cálculo Científico
2780 OEIRAS

11. Dr.^a Lúcia Veloso
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Praça da Porta Férrea
3049 COIMBRA CODEX
12. Eng.^a Cansado Tavares
Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)
Av. do Brasil, 101
1700 LISBOA
13. Dr.^a Fernanda Fonseca
Direcção-Geral da Qualidade
Rua José Estevão, 83-A
1199 LISBOA CODEX
14. Dr.^a Paula Ferreira Lopes
CTT — Centro de Documentação e Informação
Av. Casal Ribeiro, 28-3.º, Dt.º
1196 LISBOA CODEX
15. Dr.^a Clara Pinto
Biblioteca Nacional
Gabinete de Biblioteconomia
Campo Grande, 83
1700 LISBOA
16. Dr.^a Rosalina Cunha
BAD — Associação de Bibliotecários,
Arquivistas e Documentalistas
Edifício da Biblioteca Nacional
Campo Grande, 83
1700 LISBOA
17. Eng.º Carlos Pulido
CDCT-INIC
Av. Professor Gama Pinto, 2
1600 LISBOA
18. Dr. Joaquim Ramos
QUIMIGAL
Centro de Documentação
Av. 24 de Julho, 170
1300 LISBOA
19. Eulália Garcez
Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA)
Rua das Janelas Verdes, 92
1200 LISBOA
20. Dr.^a Maria de Fátima Biscaia
Junta Nacional de Investigação Científica e Técnica (JNICT)
Av. D. Carlos I, 126-1.º
1200 LISBOA
21. Dr.^a Alda Cabral
Secretariado GTPDIES
Av. D. Carlos I, 126-1.º
1200 LISBOA

22. Dr.ª Dulce Cabrita
Universidade Técnica de Lisboa
Serviços de Documentação e Publicações
Alameda St.º António Capuchos, 1
1100 LISBOA
23. Eng.º Jorge Canossa
Direcção-Geral da Qualidade
Rua José Estevão, 83-A
1199 LISBOA CODEX
24. Dr.ª Maria José Silva Leal
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Largo de S. Bento
1200 LISBOA
25. Dr. Rogério Cardoso
Secretaria de Estado da Comunicação Social
Centro de Documentação
Palácio Foz
Praça dos Restauradores
1100 LISBOA
26. Dr.ª Virgínia Vitorino
Junta Nacional de Investigação Científica e Técnica
Av. D. Carlos I, 126 - 2.º
1200 LISBOA
27. Dr.ª Maria Flamínia Ramos
JNICT
Av. D. Carlos I, 126 - 2.º
1200 LISBOA
28. Dr.ª Maria do Rosário Pericão
Faculdade de Economia de Coimbra
Av. Dr. Dias Silva, 165
3000 COIMBRA